

Uma análise teórico-empírica de predicação secundária

(An empirical-theoretical analysis of secondary predication)

Marcos Barbosa Carreira,¹ Andrea Knöpfle²

^{1,2} Departamento de Linguística – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

marcos.carreira@gmail.com, deaknoepfle@gmail.com

Abstract: This work compares the behavior of object oriented secondary predication constructions within Brazilian Portuguese and German, exemplified by the sentence João comeu a carne crua (João ate the meat raw x João ate the raw meat). As the English translation shows, this kind of data has a structural ambiguity regarding the attributive and predicative role of the adjective. We show that this ambiguity is not verified in German, a fact that might be relevant to a proper structural description (SD). Revising some standard analysis (STOWELL, 1983; ROTHSTEIN, 1995), we notice that they lead to a constituency paradox, already pointed out in Carreira (2008). We therefore propose a syntactic analysis based on Den Dikken's (2006) theory of predication, which might circumvent the alleged paradox.

Keywords: secondary predicate; small clauses; adjectives; structural ambiguity.

Resumo: O trabalho parte de uma análise comparativa entre o comportamento de predicados secundários orientados para o objeto entre português brasileiro e alemão, exemplificados na sentença João comeu a carne crua. A ambiguidade estrutural do dado se refere às possibilidades de leitura atributiva e predicativa do adjetivo. Mostramos que a ambiguidade estrutural apresentada na primeira língua não se verifica na segunda, fato de potencial relevância para a descrição estrutural (DE). Fazemos uma breve revisão bibliográfica (STOWELL, 1983; ROTHSTEIN, 1995), mostrando que as análises tradicionais levam a DE a um paradoxo de constituência, já colocado em Carreira (2008). Propomos uma possível análise para esse tipo de estrutura nos termos de Den Dikken (2006), que poderia dar conta do referido paradoxo.

Palavras-chave: predicado secundário; small clause; adjetivos; ambiguidade estrutural.

Introdução

O objetivo deste trabalho é investigar e propor qual seria uma descrição estrutural adequada para dados de predicação secundária, translinguisticamente. Buscamos analisar em que medida algumas abordagens de predicação secundária apresentadas na literatura dentro da Gramática Gerativa Transformacional são descritivamente adequadas, considerando primeiramente como estudo de caso dados do português brasileiro (PB) e do alemão.¹ Assim, nosso trabalho parte de uma comparação entre o comportamento de predicados secundários orientados para o objeto nessas duas línguas.

Estamos chamando de 'Predicados Secundários' os constituintes que participam de uma predicação; nela, há a atribuição de uma propriedade a um nominal marcado tematicamente por um núcleo de um outro constituinte. Formalmente, tomemos a definição em Rothstein (2001) de predicado secundário, em que α é um predicado secundário de β

¹ Mais especificamente, referente ao quadro teórico, nos baseamos em Chomsky (1965, 1981, 1995 *inter alia*). Para dados e análise de predicação secundária, nossa base bibliográfica está em Stowell (1981, 1983), Rothstein (1983, 1995, 2001) e Den Dikken (2006).

sse α é predicado de B, e α e B se c-comandam e B é theta-marcado por um núcleo não contido em α^2 . Vejamos um exemplo em PB e seu correspondente em alemão.

(01) Maria bebe seu chá **frio**.

(02) Maria trinkt ihren Tee **kalt**.

A leitura relevante para o dado em (01) é a de que *O chá estava frio quando Maria o bebeu*, e não *Entre os chás disponíveis, Maria bebeu somente aquele que era frio*. O dado em (02) no alemão não permite a segunda interpretação, fato que descreveremos na segunda seção.

Ao investigar e propor qual seria uma descrição estrutural adequada para dados de predicação secundária orientados para objeto, tínhamos também em mente uma questão morfológica, observada na comparação dos dados entre PB e alemão. Tal questão, no entanto, não se mostrou relevante sintaticamente, com relação aos objetivos desse trabalho. Em (01), notamos que o adjetivo flexiona necessariamente em masculino e singular; já o adjetivo em alemão não apresenta quaisquer marcas de flexão.

O trabalho está assim dividido: na próxima seção, descrevemos e comparamos o comportamento dos adjetivos em PB e alemão, mostrando a ambiguidade estrutural em PB e sua não verificação em alemão. Na terceira seção, colocamos a questão morfológica. Em seguida, na quarta seção, trazemos algumas análises canônicas, suas vantagens e o paradoxo de constituência. Na quinta seção apresentamos a teoria de predicação secundária em Den Dikken (2006), e como ela poderia fornecer uma descrição estrutural (DE) que não gerasse o paradoxo. Concluimos com algumas considerações gerais e questões em aberto.

Descrição dos dados

Nesta seção, vamos descrever e comparar o comportamento dos dados de predicação secundária em PB e alemão. Começando pelo PB, é bem conhecida na literatura a ambiguidade estrutural apresentada por determinados dados; ambiguidade essa gerada por duas descrições estruturais diferentes. Tomemos um exemplo canônico.

(03) João comeu a carne crua.

(04) *Foi a carne crua que João comeu.*

(05) *Foi crua que João comeu a carne.*

O dado em (03), na verdade, representa duas sentenças diferentes, geradas cada uma por uma DE distinta. Em uma delas, representada pela paráfrase em (04), [a carne] forma um DP com [crua]. Em outra DE, representada pela paráfrase em (05), [a carne] não forma um DP com crua.

Já em alemão, essa ambiguidade do PB não se coloca, pois cada uma das *strings de terminais* (no sentido de CHOMSKY, 1957) geradas pelas descrições estruturais apresenta marcas morfológicas e ordem diferente entre si. Vejamos as sentenças:

² Não estamos dizendo que vamos assumir essa configuração para o predicado secundário. Vamos discutir melhor a questão na quarta seção.

- (06) João ass das Fleisch roh.
 João comeu a carne cru
 ‘João comeu a carne crua’ *no sentido de que*: “Foi crua que João comeu a carne”.
- (07) João ass das rohe Fleisch.
 João comeu a crua carne
 ‘João comeu a carne crua’ *no sentido de que*: “Foi a carne crua que João comeu”.

Em (06), [a carne] não forma um DP com [cru]; em (07), [a carne] forma um DP com [crua]. Crucialmente, notamos que, em (06), o adjetivo está posposto ao nome e não concorda com ele, diferentemente de (07), em que o adjetivo se antepõe ao nome e flexiona em gênero, número e caso de acordo com esse nome.

A gramática tradicional do alemão descreve os adjetivos como adjetivos em uso predicativo e adjetivos em uso atributivo. No primeiro caso, o adjetivo nunca é anteposto ao nome e não pode flexionar. No segundo caso, o adjetivo sempre é anteposto ao nome e concorda com ele – é o que estamos chamando de *adjetivo não formar um DP com o N* e *adjetivo formar um DP com N*, respectivamente.

Vamos colocar mais alguns dados do alemão para exemplificar melhor a diferença entre uso atributivo e predicativo, lembrando que as características colocadas para o adjetivo em uso predicativo em alemão não são restritas a predicados orientados para o objeto. Nos dados que seguem, destacamos as marcas morfológicas dos adjetivos, com as respectivas glossas.

- (08) Der Mann sang das Lied fröhlich.
 O homem cantou a música feliz
 ‘O homem cantou a música feliz’ *no sentido de que*: “O homem estava feliz quando cantou a música”.
- (09) Der Mann sang das fröhliche Lied.
 O homem cantou a feliz_{neutro-sing-Acc} música
 ‘O homem cantou a música feliz’ *no sentido de que*: “Foi a música feliz que o homem cantou”.
- (10) Ich fand den Mann besoffen.
 Eu encontrei o homem bêbado
 ‘Eu encontrei o homem bêbado’ *nos sentidos de que*: “O homem estava bêbado quando eu o encontrei”./ “Eu estava bêbado quando encontrei o homem”.
- (11) Ich fand den besoffenen Mann.
 Eu encontrei o bêbado_{masc-sing-Acc} homem.
 ‘Eu encontrei o homem bêbado’. *no sentido de que*: “Foi o homem bêbado que eu encontrei”.
- (12) Ein besoffener Mann ist gekommen.
 Um bêbado_{masc-sing-Nom} homem é chegado
 ‘Um homem bêbado chegou.’ *no sentido de que*: “Foi um homem bêbado que chegou”.

Relevante para nosso trabalho é ter clara a assunção de que o adjetivo predicativo não forma um DP com o nome de quem é predicado, e que tal adjetivo não apresenta quaisquer marcas de flexão em alemão (diferentemente do PB).³ Essa característica do

³ Vamos discutir a questão da constituência na quarta seção. Apesar dessa diferença importante, a análise aqui proposta não tem por objetivo explicá-la, pelo menos não nesta fase da pesquisa.

adjetivo predicativo no alemão é fato conhecido na literatura, e Kratzer (2005) nota que o adjetivo de resultativas adjetivais também é do tipo predicativo, a quem a autora chama de *bare* (nu), justamente por nunca apresentar quaisquer marcas de flexão.

(13) Er trank die Teekannen leer.
Ele bebeu as chaleiras vazio_{bare}
'Ele esvaziou as chaleiras, bebendo todo o seu conteúdo.

(14) *Er trank die Teekannen leeren.
Ele bebeu as chaleiras vazias_{plur-Acc}
Sentido pretendido: 'Ele esvaziou as chaleiras, bebendo todo o seu conteúdo.

O contraste acima mostra que o adjetivo da resultativa adjetival precisa ser *bare* (13), do contrário a construção é mal formada (14). A autora não investiga mais a fundo o sentido de *bare*, mas observamos em Knöpfle (2011b) que *bare* seria a ausência de quaisquer marcas de flexão de caso, gênero e número no adjetivo das resultativas adjetivais, assim como os demais adjetivos predicativos do alemão – o que nos leva à questão morfológica, assunto da próxima seção.

A questão morfológica

Kratzer (2005) especula que a variação paramétrica entre a ocorrência de resultativas (em línguas como alemão e inglês) ou a não ocorrência (em línguas românicas) estaria condicionada à morfologia. Pudemos observar, da sentença em (13), acima, que a tradução para o PB não segue a mesma estrutura que o alemão.⁴ Segundo a autora, os adjetivos em alemão têm a propriedade de poderem apresentar a forma *bare*. Já tal propriedade não estaria disponível nas línguas românicas. Nessas, os adjetivos seriam flexionados desde o início da derivação sintática (não havendo estágio em que apareçam sem flexão).

Parece razoável afirmar que os adjetivos em PB estão sempre flexionados – ou, pelo menos, apresentam diferenças consideráveis em relação ao comportamento flexional dos adjetivos em alemão. Camara Jr. (1970) hipotetiza que os adjetivos em PB são flexionados para feminino com o sufixo flexional ou desinência ‘-a’, e para o plural com sufixo flexional ou desinência ‘-s’.

O masculino e o singular são caracterizados pela ausência de marcação feminina e plural. Na teoria adotada por esse autor, isso quer dizer que existe um morfema zero, marcador de masculino, e outro, marcador de singular. Se essa análise estiver correta, então, mesmo sem marcação evidente de flexão, o adjetivo está flexionado, pois possui os morfemas zero marcadores de masculino e singular. Existindo sempre minimamente morfemas zero desse tipo, então de fato a flexão está sempre presente nos adjetivos do PB. Observamos, em PB, que o adjetivo precisa necessariamente flexionar em gênero e número com o NP, independentemente de o adjetivo formar ou não um DP com o NP.

(15) *João comeu a carne cru.

4 Não vamos entrar aqui na discussão sobre o estatuto das resultativas em PB. Para tanto, remetemos o leitor a Foltran (1999), Lobato (2004), Barbosa (2008) e Knöpfle (2011a).

Assim, a primeira pergunta que colocamos é: [cru] é masculino ou bare? Uma segunda questão que levantamos é a seguinte: por que a concordância é obrigatória do PB e inexistente no alemão? Nesse sentido, trata-se de uma questão paramétrica? Não perseguiremos essas duas perguntas aqui, por questões de escopo e objetivo do trabalho. A terceira pergunta - que devemos ter em mente ao propor uma DE para dados de predicação secundária como os que estamos analisando – é se a concordância é relevante para definir a estrutura sintática desses predicados.

De acordo com o que vimos acima, é fato que, em PB, o adjetivo predicativo flexiona necessariamente. Também é fato que, em alemão, o adjetivo predicativo é *bare*, i.e. não pode apresentar quaisquer marcas de flexão de gênero/número/caso. Além, disso, como veremos, o alemão e o PB parecem ter a mesma DE para dados de predicação secundária. Portanto, o que nos parece, pelo menos à primeira vista, é que questões relacionadas à concordância/flexão de gênero/número/caso não são relevantes para definir constituinte – pelo menos não para adjetivos enquanto predicados secundários. No entanto, talvez elas sejam sim relevantes para definir a posição do predicado secundário na DE, ou mesmo sua estrutura interna.⁵

Análises canônicas

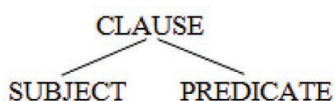
Nós encontramos na literatura sobre esses dados pelos menos duas teorias principais, que se tornaram mais conhecidas. Vamos chamá-las de análises canônicas.

A primeira delas, a Teoria das *Small Clauses*, afirma, conforme Stowell (1995), que as SC são estruturas de predicação em que um sujeito e um predicado estão em uma relação de irmandade, e entre esse sujeito e esse predicado há uma relação de predicação que é a mesma que há entre o sujeito de uma oração plena, exceto pelo fato de não haver nas SC um verbo auxiliar e nem uma morfologia de tempo e aspecto, apesar de o adjetivo da SC poder apresentar alguma marca de concordância. Assim, de acordo com Stowell,

[...] a teoria das SCs é baseada na convicção de que essa relação semântica [a predicação] é refletida uniformemente na estrutura de constituinte, no sentido de que a relação sujeito/predicado é sempre codificada em termos de um par de constituintes irmãos. (1995, p. 272)⁶

Veja a representação do autor repetida abaixo:

(16)



5 Uma vez que a concordância não se mostra relevante para definir constituinte, não esperamos que nossa análise sintática com base em Den Dikken (2006) se proponha a dar conta da variação quanto à morfologia (flexão gênero, número e caso) dos adjetivos predicativos entre PB e alemão. Agradecemos a observação do revisor anônimo da Revista Estudos Linguísticos por nos questionar sobre não termos nada a dizer a respeito dessa variação. Essa é realmente uma questão curiosa, para a qual ainda não temos uma resposta; também por isso nos restringimos a analisar a proposta de Den Dikken (2006) com relação à constituinte. No entanto, insistimos em registrar a diferença morfológica, pois acreditamos que essa é uma questão pendente e precisa ser colocada e atacada em algum momento.

6 Tradução nossa.

Dessa forma, nosso AP predicado secundário é tratado por essa teoria como um caso de SC-adjunta, formada a partir de AP. Trata-se de uma predicação que tem uma estrutura semelhante à apresentada acima, em (16). Com isso, esse AP terá em seu *Spec* um PRO (se assumirmos, como Stowell, que A' é o nível (predicado) relevante, levando em conta a forma da predicação proposta em (16)). Esse PRO é coindexado com o DP que é complemento do verbo e, com isso, a concordância teria também alguma análise possível, que deixamos de lado nesse trabalho.

A estrutura abaixo, na Figura (1), em que a SC é adjunta de VP, seria uma DE possível para nossos dados, considerando a proposta de Stowell (1995):

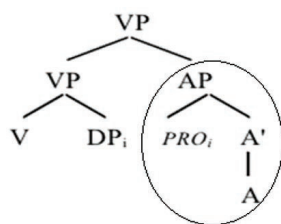


Figura 1. Small Clause adjunta a VP

A outra teoria, que chamamos aqui de Teoria de Predicação Secundária (ROTHSTEIN, 1983, 1995, 2001), trata esses predicados como adjuntos, mas sem a formação de uma SC-adjunta. Nesse caso, a predicação se dá via algo como m-comando e o AP predica de uma DP que já foi *theta*-marcado por um outro núcleo. Essa teoria não postula, portanto, um PRO na posição de *Spec* do AP, já que a predicação se dá de outra forma. Sendo assim, somente o AP é adjungido a alguma categoria como VP ou IP. A estrutura na figura 2 seria outra DE possível para nossos dados:

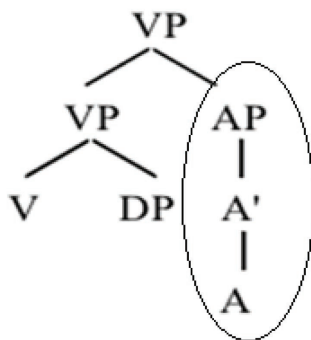


Figura 2. Predicado Secundário

O que é importante para nosso trabalho é a propriedade compartilhada por ambas as teorias que diz que o AP e o DP não formam juntos um constituinte. Assim, as análises canônicas parecem fazer previsões corretas a respeito da distribuição dessas categorias, com relação a testes de constituência como: pronominalização, clivagem etc.

As análises canônicas fazem a seguinte previsão a respeito do dado abaixo: uma vez que o DP e o AP não formam um constituinte, a sequência ‘o bife cru’ grifada em (17) não pode ser movida, ou estar entre ‘ser’ e ‘que’ em uma clivada (cf. 18):

(17) A Duda comeu o bife cru

(18) *Foi o bife cru que a Duda comeu __

A sequência em destaque (grifada) em (17) não pode ser fronteada (cf. 18), uma vez que não forma um constituinte (considerando a leitura relevante, a predicativa). Essa é uma previsão compatível com ambas as teorias discutidas. Observe a árvore abaixo, na Figura (3):

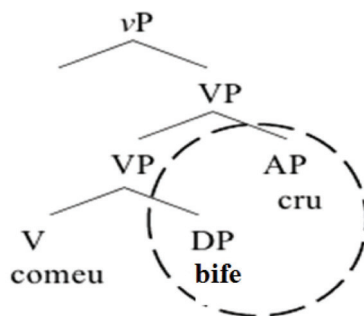


Figura 3. Predicado Secundário e o DP não formam um constituinte movível

A figura (3) demonstra essa previsão, pois nota-se que o DP e o AP não formam um constituinte sozinhos; entretanto, como veremos na próxima seção há pelo menos um dado que a desafia.

Paradoxo de constituência

Na seção anterior, vimos que o DP mais o predicado secundário, isto é, a sequência ‘o bife cru’, não pode ser fronteada e a impossibilidade desse movimento está de acordo com as previsões que tanto a Teoria das Small Clauses quanto a Teoria de Predicação Secundária fazem. No entanto, o dado abaixo nos mostra um contexto em que esse deslocamento é possível:

(19) Esse bife mal passado eu até comeria __, mas ele cru eu não como __ de jeito nenhum.

Com isso chegamos a um Paradoxo de Constituição, que já foi descrito em Carreira (2008), conforme segue abaixo:⁷

Um fato interessante chama a atenção. Os exemplos de SC adjuntas com verbos do tipo de ‘contratar’ não pareciam permitir fronteamento e isso também era o esperado, pois as propostas de estrutura para esse verbo tem sido algo como [...] em Stowell (1981) com as SC adjuntas, ou [...] como a adotada por Rothstein (1983) e Foltran (1999) para os Predicados Secundários. Em ambos os casos, não há a previsão desse fronteamento, porque essas predicções NP+XP não seriam um constituinte formado de DP e XP, portanto ambos não seriam movíveis. (CARREIRA, 2008, p. 80)

A caracterização dada por Carreira (2008) é bem mais completa e complexa, uma vez que o paradoxo surge na verdade do cruzamento de resultados de diferentes testes, além de a classe do verbo ‘comer’ ter sido comparada a outras quatro classes de verbos. O que o autor constatou foi que o resultado de um teste, como teste de pronominalização, não nos permite pronominalizar as predicções – o que faria a previsão de que não há um

⁷ Assuma, ao ler a citação, que o verbo ‘contratar’ pertence à mesma classe de ‘comer’; e entenda XP como uma variável para categoria, que no nosso caso é um AP.

constituente – veja os exemplos (20) e (21) abaixo – mas o resultado do teste de fronteamto apresentado em (19) faz a previsão de que há sim um constituinte.

- (20) a. A Duda viu a Sheron Stone grávida
b. A Duda viu algo (pronominalização possível)
- (21) a. O Felipe comeu a carne crua
b. #O Felipe comeu algo (não pronominalizável)

Por algum motivo, com o verbo ‘ver’, o pronome ‘algo’ pode pronominalizar (estar no lugar de, fazer referência a mesma coisa que) à sequência ‘a Sheron Stone grávida’; porém, com o verbo ‘comer’, esse tipo de pronominalização não é possível.

Mesmo assim, podemos caracterizar esse paradoxo de uma forma mais simples que é: as teorias apresentadas nesse artigo fazem a previsão de que esse movimento (movimento da expressão predicativa ‘esse bife mal passado’) não exista, mas o dado em (19) faz a previsão de que ele exista, ou que algo a mais esteja em jogo.

Por isso, se esse deslocamento é possível no contexto sintático adequado, qualquer teoria sintática precisa fazer essa previsão. A busca de uma solução para o paradoxo passou por várias possibilidades que foram apresentadas em Carreira (2008). Entre elas estavam a possibilidade de fronteamto do VP (via *remnant movement*), movimento lateral e formação de um novo constituinte (à la TAKANO, 2002)⁸ e ainda vários movimentos (possibilidade não tratada em Carreira 2008). Para esse artigo, no entanto, vamos considerar apenas a possibilidade de se pensar numa estrutura diferente na base, usando a teoria de Den Dikken (2006).

Uma proposta: Den Dikken (2006)

Vimos na seção anterior que as teorias canônicas (STOWELL, 1981; 1983; 1995 *inter alia*; e ROTHSTEIN, 1983; 1995; 2001) levam-nos a um paradoxo de constituência. Nessa seção vamos apresentar uma possibilidade bastante promissora e interessante principalmente por propor uma acomodação da predicação na gramática e pelo esforço de levar sua tese às últimas consequências, de tal forma a promover um olhar bastante mais fino sobre a estrutura da gramática e seu funcionamento. Trata-se da Teoria dos *Relators* e *Linkers* de Den Dikken (2006).

Den Dikken propõe que todas as relações de predicação⁹ sejam mediadas por um núcleo funcional abstrato (o RELATOR), responsável por estabelecer essa relação entre o predicado e seu sujeito na estrutura sintática.

O *RELATOR* – núcleo de RP (relator phrase) – é um *placeholder*, que acomoda em sua projeção o *sujeito* e o *predicado* e estabelece entre ambos uma relação de predicação conforme apresentado abaixo:

8 Takano (2002) discute dados de objeto duplo do Japonês que envolvem movimentos de argumentos que não formam um constituinte.

9 Den Dikken assume que o *predicado* é um *constituente sintático* que expressa uma propriedade atribuída ao *sujeito* (Tradução nossa). O autor prefere essa definição mais restrita a uma definição de predicado ‘n-ary’ (baseada em Frege), expressada em termos de grade temática. Acreditamos que seja assim, por essa ser uma forma de excluir a complementação como uma forma de predicação.

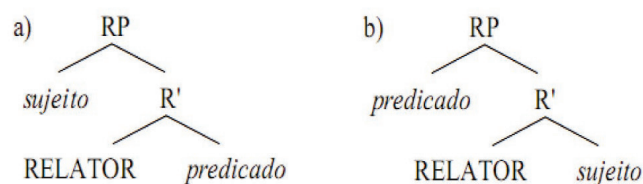


Figura 4. O Sintagma Relator como local da predicação

Observe, nas representações (a) e (b) da figura (4), que o sujeito e o predicado ocupam ou *spec* de RP ou sua posição *compl*. O autor chama (a) de estrutura *predicado-complemento* e (b) de estrutura *predicado-especificador*. O que resta de mais importante nesse ponto é que a relação de predicação deve ocorrer dentro do sintagma RP. Essa imposição dá conta da localidade da predicação, isto é, a predicação deve acontecer no domínio mínimo¹⁰ do RELATOR e ser mediada por ele.¹¹

É importante notar que a ideia de Den Dikken, apesar de semelhante à proposta de Bowers (1993), no sentido de que a predicação seja assimétrica e mediada por um núcleo funcional, difere desta, porque a categoria que Den Dikken propõe é necessariamente abstrata e pode se realizar de diferentes formas na gramática – por exemplo, como a cópula *be* (*ser*), como *as*, *for* etc. Por sua vez, a de Bowers propõe uma categoria funcional independente, de rótulo Pr, responsável pela predicação.

O autor propõe ainda que todas as relações entre sujeito-predicado sejam hierarquicamente assimétricas e não direcionais, mediadas pelo RELATOR. E, com isso, *todas* as construções com predicados secundários, por envolverem uma predicação, são, na verdade, um RP; e também as construções de SC de Stowell e Rothstein são na verdade RPs e, portanto, a relação entre o sujeito da SC e do predicado é mediada por um RELATOR. Observe que, com esse movimento, o autor está mais na linha de Stowell excluindo a predicação secundária Rothstein (1983, 1995, 2001) como uma possibilidade de instanciar a predicação.

Ao assumirmos um RELATOR como mediador da predicação e que as SC também são casos de predicação, não há qualquer possibilidade, nesse quadro, de se pensar a SC como uma categoria sem projeção funcional. E, como consequência, a SC é uma projeção do RELATOR, um constituinte. A única diferença das SC para os outros casos de predicação (por exemplo, os da oração plena – *full clause*) vem do fato de que as SC são “*a subject predicate structure lacking tense*” (DEN DIKKEN, 2006, p. 60).¹²

Nesse sentido, a Teoria dos *Relators* e *Linkers* se insere na tradição da Teoria das *Small Clauses*, pois o RP é na verdade uma SC nucleada por uma categoria funcional. As duas teorias se diferenciam na medida em que o núcleo da SC para Stowell é o predicado (um núcleo lexical e, portanto, a SC é uma projeção deste núcleo) e para Den Dikken é um núcleo funcional (o núcleo R, e por isso RP). Então, ambas as teorias estão juntas sobre a localidade da predicação, e também quanto à SC ser um constituinte, mas se diferenciam (entre outros aspectos) quanto à forma da predicação.

10 Da mesma forma, para dar conta da localidade, Rothstein (1995) trata da predicação como m-command. Stowell assume c-comando mútuo entre o sujeito e o predicado, como vimos em (16). Outros autores acabam também assumindo algum tipo de localidade para a predicação.

11 Não vamos tratar dos LINKERS nesse texto. Remetemos o leitor à Den Dikken (2006).

12 Uma estrutura sujeito predicado sem tempo (tradução nossa).

Há, no entanto, um caminho escolhido pela Teoria dos *Relators e Linkers* que nos chama a atenção e nos interessa pela relação que esse caminho tem com os nossos dados. O autor apresenta os exemplos abaixo (p. 22) para falar do que ele chama de *Construções de Predicação Secundária* (apesar da coincidência do nome, não se trata somente dos Predicados Secundários de Rothstein).

- (22) a. [_{VP} considers [_{RP} [Imogen] [R' RELATOR [_{AP} smart]]]] (Small Clause complemento)
 b. [_{VP} hung [_{RP} [his shirt] [R' RELATOR [_{PP} on the line]]]] (construção locativa)
 c. [_{VP} hammered [_{RP} [the metal] [R' RELATOR [_{AP} flat]]]] (Resultativa)
 d. [_{VP} ran [_{RP} [the pavement] [R' RELATOR [_{AP} thin]]]] (Resultativa)
 e. [_{VP} paint [_{RP} [the the book] [R' RELATOR [_{AP} yellow]]]] (Resultativa)

Assim, pelas análises acima, vemos que Den Dikken trata as SC, os predicados secundários, as resultativas e os complementos duplos¹³ como instâncias de construção de predicação secundária em que V seleciona um RP sem tempo (o RP é complemento em todos os casos de (22)). Esse recorte fica ainda mais claro a partir desta citação: “*I will assume here that all secondary predication constructions involve a small-clause structure*” (DEN DIKKEN, 2006, p. 60).¹⁴

A opção por uma DE que apresenta o RP como complemento de V fica mais clara pela escolha que o autor faz ao citar na literatura as três teorias concorrentes abaixo:

- (23) a. [_{VP} V DP Pred] → (WILLIAMS, 1980)
 b. [_{VP} V Pred] DP] → (NEELEMAN, 1994)
 c. [_{VP} V [DP Pred] → (KAYNE, 1984; HOEKSTRA, 1988)

O autor assume que somente (23c) apresente uma estrutura em que DP e Pred formam uma unidade que permita propor que o Relator seja um núcleo dessas unidades (sintagmas). Em (23a), o DP e o Pred não formam um constituinte sozinhos, além de (23a) ter uma estrutura ternária que foi excluída por outros motivos na teoria. E, em (23b), o *Pred* (predicado) não forma com seu DP sujeito um constituinte. Portanto, o autor assume (23c) como a estrutura adequada para os casos de Construções de Predicação Secundária.

Fica claro que, com essa escolha, a Teoria do *Relators e Linkers* nos fornece uma possibilidade de solucionar o paradoxo, porque propõe que a Construção de Predicação Secundária forme um sintagma, irmão de V, que pode ser movido.

Vejamos novamente o exemplo (19) repetido abaixo como (24) e considere as figuras em (05):

- (24) Esse bife mal passado eu até comeria __, mas ele cru eu não como __ de jeito nenhum.

Observe que a sequência ‘esse bife mal passado’ e ‘ele cru’ são expressões movidas. Seus lugares de origem estão indicados pelos traços baixos. Além disso, a sequência

13 As construções de objeto duplo são discutidas em outra parte do livro, na qual o autor assume, citando Hoekstra (1988), que esses dados são na verdade casos de SC complemento; portanto, RP complemento. Para isso, ele trata os verbos como ‘dar’ e ‘por’ não como verbos de três argumentos, mas de dois argumentos; i.e., eles selecionam um argumento externo DP e um argumento interno RP.

14 “Vou assumir aqui que toda construções de predicação secundária envolve uma estrutura de *small clause*” (tradução nossa).

‘ele cru’ indica claramente que se trata de uma predicação, por causa do pronome ‘ele’. A proposta do Den Dikken fornece uma maneira de codificar essa predicação como um constituinte e, nós argumentamos, ainda de permitir seu movimento para a periferia esquerda da sentença. Observe a figura abaixo que compara as DEs das Teoria do Predicação Secundária da Rothstein com a proposta do Den Dikken.

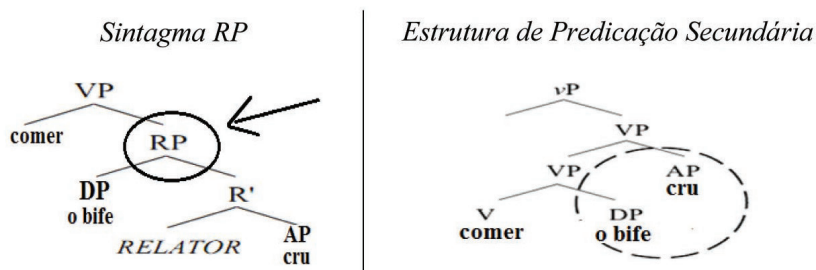


Figura 5. Sintagma Relator versus Predicado Secundário

O que vemos é que o nó RP instancia um constituinte e que é, portanto, passível de movimento. Essa possibilidade não está disponível em ambas as propostas canônicas anteriores.

Parece-nos, dessa forma, que temos uma solução para o Paradoxo de Constituição apresentado na seção anterior, apesar de essa proposta ainda precisar de uma discussão mais completa, colocando-a frente ou testando-a com os dados de um paradigma maior, como o apresentado em Carreira (2008).

Considerações finais

Neste trabalho, descrevemos o comportamento dos predicados secundários em PB e alemão, sobretudo no que se refere à ambiguidade estrutural apresentada na primeira língua e ausente na segunda. Observando a morfologia dos adjetivos em predicado secundário (PB e alemão), notamos que a concordância não parece ser relevante para definir constituição. Fica para análise futura a questão da relevância para definir a posição do predicado secundário na SD, ou mesmo sua estrutura interna. Fizemos uma breve revisão bibliográfica de algumas das análises canônicas e mostramos que elas levam a um paradoxo de constituição.

Já uma análise com base em Den Dikken (2006) parece dar conta da constituição, sem esbarrar no paradoxo. No entanto, uma análise desse tipo levanta outras questões, que precisam ser colocadas minimamente. Considere os dados abaixo:

(24) *John foolish was considered ti (ROTHSTEIN, 2001, p. 120)

(25) *John foolish is what you considered ti (ROTHSTEIN, 2001, p. 120)

Porque o verbo ‘consider’ (considerar), que é o verbo mais citado como aquele que seleciona uma SC-complemento (portanto um RP), não permite o fronteamento?

Outra questão: por que o dado em (13b), repetido abaixo, resiste à leitura prediativa? Não estamos agora fazendo a previsão de que o movimento da sequência grifada seja possível, já que ela seria um RP?

- (13) a. A Duda comeu o bife cru
b. *Foi o bife cru que a Duda comeu __

Apesar disso, acreditamos que o fato de esse movimento – como descrito em (13b) – não existir, pode ser resultado de uma motivação independente que ainda precisa ser demonstrada.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. W. C. *A estrutura sintática das chamadas “construções resultativas em PB”*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 2. ed. Petrópolis R/J: Vozes. Limitada, 1970.

CARREIRA, M. B. *Diagnósticos de Constituinte para Construções Predicativas Adjetivais*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFPR, Curitiba.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.

DIKKEN, M. den. *Relators and Linkers: the Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.

FOLTRAN, M. J. G. D. *As construções de predicação secundária no português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOEKSTRA, T. Small clause results. *Lingua*, v. 74, p.101-139, 1988.

KAYNE, R. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris, 1984.

KNÖPFLE, A. Sintaxe das resultativas adjetivais no alemão: ‘contra exemplos’ e os dados do PB. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 420-433, jan./abr. 2011a. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/40/el_vol.40_n.1_Integra.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013.

_____. Resultativas adjetivais e o estatuto nu do adjetivo. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 115-142, 2011b.

KRATZER, A. Building resultatives. In: MAIENBAUM, C.; WÖLLSTEIN-LEISEN, A. (Ed.). *Event arguments in syntax, semantics, and discourse*. Tübingen: Niemeyer, 2005. p. 177-212.

LOBATO, L. Afinal, existe a construção resultativa em português? In: NEGRI, L.; FOLTRAN; M. J.; PIRES DE OLIVEIRA, R. (Org.). *Sentido e Significação*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 142-180.

NEELEMAN, A. *Complex Predicates*. University of Utrecht, 1994. (Unpublished doctoral dissertation.)

ROTHSTEIN, S. *Predicates and their subjects*. Dordrecht: Kluwer, 2001.

_____. Small clauses and copular constructions. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 27-48.

_____. *The Syntactic Forms of Predication*. Tese (Ph.D. Dissertation) — MIT, 1983. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/15509>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

STOWELL, T. Remarks on clause structure. *Syntax and Semantics*, San Diego, v. 28, p. 271-286, 1995.

_____. Small clause restructuring. In: FREIDIN, R. (Ed.). *Principle and parameters in comparative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1991. p. 182-218.

_____. Subject across categories. *The Linguistic Review*, v. 2, p. 285-312, 1983.

_____. *Origins of phrase structure*. Tese. MIT, 1981. (Unpublished doctoral dissertation)

TAKANO, Y. Surprising constituents. *Journal of East Asian Linguistics*, v. 11, p. 243-301, 2002.

WILLIAMS, E. Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 11, p. 203-238, 1980.